

# Revitalização e diversificação no campo: estudo de caso das Cooperativas Rurais Descentralizadas de Santa Catarina - Brasil

GT05- Desenvolvimento rural, globalização e crise

Dimas de Oliveira Estevam (Unesc) [doe@unesc.net](mailto:doe@unesc.net)  
Joelcy José de Sá Lanzarini (Unesc) [joelcy@unesc.net](mailto:joelcy@unesc.net)  
Giovana Ilka Jacinto Salvaro (UNESCO) [giovanailka@gmail.com](mailto:giovanailka@gmail.com)

## RESUMO

Este artigo aborda aspectos relacionados à revitalização e diversificação de atividades rurais, ligadas as cooperativas rurais descentralizadas no Estado de Santa Catarina - Brasil. O objetivo foi estudar se a revitalização e a diversificação das atividades têm contribuído na permanência dos/as cooperados/as no campo. A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso, na qual foram entrevistados 30 cooperados/as de quatro cooperativas. Os resultados evidenciam a importância da revitalização e a diversificação da produção, através das cooperativas na permanência dos/as agricultores/as no campo, ao possibilitar novas fontes de rendas aos/as associados/as e com isso diminuir ou até mesmo abandonar a dependência das agroindústrias. Conclui-se que a combinação cooperativismo, revitalização e diversificação contribuíram na geração de trabalho e renda.

**Palavras-chaves:** Revitalização, diversificação, cooperativismo rural descentralizado.

## 1 INTRODUÇÃO

No Estado de Santa Catarina (SC) - Brasil, mais especificamente na Região Sul, estão sendo desenvolvidas atividades de extensão rural a fim de construir espaços coletivos de produção e comercialização de produtos vinculados a agricultura familiar, por meio da revitalização e diversificação da produção do campo. Esse trabalho é fruto de uma parceria envolvendo o GIDAFEC/UNESC/CNPq (Grupo Interdisciplinar de Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Rural, Agricultura Familiar e Educação do Campo) e a Epagri (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina) Regional de Criciúma (SC) e prefeituras municipais.

O trabalho desenvolvido possibilitou aos agricultores familiares que se organizassem em cooperativas rurais descentralizadas (ou virtuais), com o objetivo de enfrentar conjuntamente as dificuldades de produção e comercialização de seus produtos.

Este modelo de arranjo institucional coletivo e autônomo, denominado de “cooperativa rural descentralizada (ou virtual)” foi criado como forma alternativa de organização para viabilizar a produção e a comercialização em pequena escala de produtos da agricultura familiar. Essas cooperativas representam uma quebra de paradigma organizacional, cultural e econômico ao fugir da ideia majoritária de que para constituir uma cooperativa necessita-se de grandes instalações e altos investimentos em infraestrutura (Estevam et al., 2011).

Organizados em cooperativas os micros e pequenos produtores rurais puderam legalizar suas atividades, diversificar a produção e, ao mesmo tempo, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo, devido os custos elevados de produção. Esse modelo de organização possibilitou aos agricultores conquistarem espaços nos mercados tradicional, institucional e alternativos, fortalecendo-se coletivamente.

Cabe destacar que as cooperativas rurais descentralizadas (ou virtuais) recebem o mesmo tratamento legal das cooperativas tradicionais, tais como: o número mínimo de vinte sócios para a

fundação; registro em juntas comerciais; inscrição na receita federal e estadual; bem como, todos os demais registros cabíveis em decorrência do ramo de atividade de cada cooperado/a. A vantagem deste modelo é a possibilidade de organizar a cooperativa sem a necessidade de infraestrutura para produção e comercialização. A única exigência para se tornar um/a cooperado/a é ser agricultor/a, uma vez que cada sócio/a utiliza o seu próprio empreendimento para produção e comercialização, ou pode produzir coletivamente em parceria com outros/as agricultores/as. A função da cooperativa é viabilizar a produção e a comercialização na sua sede (quando existir), em Feiras municipais ou regionais ou diretamente no comércio local e para os Programas Institucionais (governos).

As cooperativas rurais descentralizadas (ou virtuais) quando comparadas as estruturas das cooperativas tradicionais apresentam inúmeras vantagens. Entre as quais, destaca-se que as cooperativas tradicionais são pouco flexíveis para atender as peculiaridades dos/as agricultores/as familiares, enquanto que as cooperativas virtuais, segundo Gontijo (2005), são o oposto, porque possibilitam o contato direto entre produtores e consumidores, eliminando o atravessador, que reduz drasticamente as sobras dos/as agricultores/as familiares e encarece os produtos aos consumidores, sendo mais vantajoso para ambos.

O objetivo da cooperativa rural descentralizada (ou virtual), segundo Kalinoski (2009) é fortalecer os laços entre produtores e consumidores, através da aproximação de ambos. Além disso, como se trata de pequenas estruturas organizacionais, a autonomia de cada cooperado/a é respeitada e o processo de decisão se torna mais democrático e participativo.

A primeira cooperativa rural descentralizada (ou virtual) da região Sul de Santa Catarina foi a COOFANOVE (Cooperativa de Agricultores Familiares de Nova Veneza - SC), fundada em 2004. Após esta experiência outras foram criadas na Região: a Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a COOPAFI (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Içara - SC), a COONAFOR (Cooperativa de Produção Agroindustrial dos Agricultores Familiares de Forquilha - SC) e a COAFF (Cooperativa de Agricultura Familiar de Morro da Fumaça - SC), entre outras.

Esta forma de organização coletiva de produção e comercialização (cooperativas virtuais) tem possibilitado aos/as agricultores/as familiares formalizar suas atividades produtivas, diversificar a produção e, ao mesmo tempo, revitalizar outras abandonadas ao longo do tempo devido ao alto custo de produção e legalização. Organizados coletivamente em pequenas cooperativas obtiveram redução no custo de produção e comercialização, conquistaram novos espaços de mercados, como a venda de produtos nas Feiras de Economia Solidária, Programas Institucionais, entre outros.

Diante disso, no artigo, busca-se refletir sobre a contribuição destas cooperativas para a manutenção de seus cooperados/as no campo. Além disso, analisa-se a revitalização e diversificação das atividades como possibilidades na manutenção dos/as cooperados/as no campo. A metodologia utilizada na pesquisa foi o estudo de caso, com abordagem qualitativa, na qual foram entrevistados 30 cooperados/as entre os/as 110 das cinco cooperativas citadas da região. As informações primárias foram obtidas por meio da aplicação de um questionário com 12 perguntas abertas e fechadas junto aos cooperados/as. E as fontes secundárias em estatutos, documentos das cooperativas e relatórios produzidos pelo GIDAFEC. Quanto aos objetivos, o trabalho foi descritivo, pois se utiliza de técnicas pautadas em coleta de informações e sua descrição (Gil, 1991).

A presente pesquisa se justifica pelos poucos estudos sobre o tema e os impactos destas organizações na vida destas famílias. Em estudos preliminares se constatou que a organização destas cooperativas possibilitou ganhos importantes para os/as cooperados/as, tais como: a diminuição de custos operacionais e de manutenção, fortalecimento da marca, acesso a mercados institucionais, participação em feiras livres, fortalecimento da identidade dos participantes e, principalmente, organização para lutar por reconhecimento.

O presente artigo encontra-se dividido da seguinte forma: a primeira parte trata dos aspectos introdutórios; a segunda, de questões gerais acerca da revitalização e diversificação de atividades

socioeconômicas da agricultura familiar; a terceira aborda a análise e discussão dos resultados e considerações finais.

## **2 REVITALIZAÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES SOCIOECONÔMICAS DA AGRICULTURA FAMILIAR: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE ESPAÇOS COLETIVOS DE PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO**

Na atualidade, a agricultura familiar está sendo amplamente discutida e, ao mesmo tempo tem se fortalecido. Na Europa, o assunto tem sido debatido em torno do tema da recampesinização. Para Ploeg (2006), este conceito é válido também para os países em desenvolvimento, pois de forma alguma a recampesinização pode ser vista como atraso ou como um obstáculo para o desenvolvimento, mas ao contrário, pode representar um ponto de partida para compreensão do rural.

Cabe destacar que a grande transformação da agricultura se intensificou a partir dos anos de 1960, materializando-se na emergência do processo de modernização do campo. Isso implicou num primeiro momento, no aumento significativo da produção e na imensa diminuição da absorção de força de trabalho. Essas mudanças no campo provocaram o surgimento do modo empresarial de produção agropecuário, mas não fizeram desaparecer o modo camponês de vida. Pelo contrário, mundo afora permaneceram importantes bolsões de agricultura familiar (camponesa) e, além disso, nas últimas décadas testemunhou-se, na Europa, de que o camponês não é mais o lado da equação que está desaparecendo (Ploeg, 2006).

Na França, por exemplo, as previsões quase todas alarmantes sobre a diminuição populacional crescente, principalmente das regiões rurais, sobretudo as montanhosas que são menos propícias ao desenvolvimento de uma agricultura intensiva, foram colocadas em xeque desde que a inversão desta tendência foi revelada pelos últimos censos demográficos (Cazella, 2000). As pesquisas de Kayser (1993) evidenciaram que a revitalização do campo era um fenômeno concreto e duradouro mesmo nas regiões mais isoladas e marginalizadas do ponto de vista socioeconômico. Neste sentido, Hervieu & Viard (1996) demonstraram que existe uma reconquista e revalorização do rural, reveladas pelos franceses de diferentes extratos sociais, pouco difere se são originários do campo ou da cidade. Rural e urbano agem numa “mestiçagem” de estilo de vida graças à mobilidade cada vez maior da população.

As fronteiras entre esses dois mundos (rural e urbano) e modos de produção não são bem claros e há, muitas vezes, grandes empresas buscando centrar a qualidade de seus produtos em aspectos intrínsecos à agricultura familiar, por meio do apelo ao natural e/ou frisando o aspecto rural (Cruz e Schneider, 2010; Wilkinson, 2006; Ploeg, 2008).

Outro aspecto dessa valorização está na conexão entre saúde humana e saúde ambiental. Os autores supracitados ressaltam que o setor industrial de alimentos, depois de décadas resistindo à evidência de que a alimentação apresenta impactos sobre a saúde, agora, ironicamente, consideram essas questões relacionadas à saúde como nicho de mercado. Para os autores, ao questionarem o tipo de cultura alimentar emergido da influência das grandes empresas de alimentos, apontam que tais possibilidades representam não só considerável custo ambiental associado ao transporte, energia e monoculturas intensivas, mas também problemas relacionados à saúde, como obesidade, diabetes, hipertensão, doenças cardiovasculares e outras doenças relacionadas a dietas altamente calóricas, ricas em gorduras e açúcares.

Nesse sentido, surgem novas oportunidades para a agricultura familiar que, segundo Cruz e Schneider (2010), estariam longe da estagnação e do atraso, mas, ao contrário, constitui-se em campo de batalha para alcançar sua valorização e, com isso, melhorar, ainda que lentamente, a qualidade e a produtividade dos recursos. Dessa maneira, os agricultores familiares estão em constante luta para alcançar os meios para aumentar sua autonomia e melhorar a base de recursos de suas unidades agrícolas.

Diante disso, segundo Abramovay (2003), muitos recantos no interior dos municípios brasileiros, em suas mais diversas localidades ou próximo das sedes municipais, estão se tornando foco de interesse comercial, pecuniário, imobiliário, recebendo a atenção dos setores urbanos e dando novos rumos à antiga história de que o êxodo rural era irreversível, em tantos tratados econômicos.

A respeito da questão da valorização, revitalização e ressignificação do campo, Rodrigues & Lindner (2010) ressaltam os aspectos positivos sobre os negativos. Entre eles, estaria a valorização de antigas formas produtivas e sociais do meio rural, com a agregação de outras práticas econômicas, para além das atividades agrícolas, como o consumo das relações sociais do rural, vendidas através de rotas e programas turísticos que integram passeios, festividades, e a venda de produtos alimentícios e artesanais típicos do meio rural. Tal revitalização de atividades socioeconômicas no campo, atualmente, têm se consolidado pelo lado positivo de serem importantes alternativas para a manutenção de famílias rurais.

Nesse processo de revitalização do campo, pode-se identificar que é, na verdade, a revalorização de atributos antes desenvolvidos pelos/as agricultores/as, como a valorização dos recursos naturais, em que o/a trabalhador/a do campo dependia da manutenção da qualidade dos recursos naturais de que dispunha a prática do artesanato, pois os/as mesmos/as fabricavam seus próprios meios de sobrevivência e suas relações sociais eram pautadas na solidariedade, expressa nos laços familiares e nas festividades, características que sempre se fizeram presentes na sociedade rural brasileira. Esse processo de valorização se configura em alternativas para mitigar as consequências de um desenvolvimento, pautado apenas no setor agrícola, de modo que a inserção de produtos diferenciados possa promover um desenvolvimento mais harmônico. (Rodrigues & Lindner, 2010)

A diversificação no campo é uma estratégia frequentemente adotada pelos/as agricultores/as brasileiros/as. Esse esforço destina-se não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente a garantir o autoconsumo (Wanderley, 1995). Portanto, pode ser considerada uma condição indispensável à sobrevivência e à competitividade de comunidades rurais, ao promover o mercado de trabalho, manter a população no campo, criar riqueza por meio de novas oportunidades de negócio.

Quando se aborda o tema da diversificação do campo, é necessário se diferenciar a diversificação entre a agrícola e a rural. A agrícola é referente à implantação de duas ou mais atividades (agrícolas ou pecuárias) em uma propriedade. A outra (rural) se refere à implantação simultânea de atividades agrícolas e não-agrícolas, que combina desde a prestação de serviços até o emprego temporário nas indústrias. (Perondi & Schneider, 2011).

Todavia, diversificar apenas a produção agrícola não resolve, segundo Graziano Silva (1992), isso traz poucas melhorias na renda das famílias que dependem dos mercados locais de trabalho. A ampliação das atividades rurais não-agrícolas no campo não implica em uma “desterritorialização do espaço urbano-rural”. Assim, “por mais que a estrutura organizacional da economia rural tenha se tornado semelhante à economia urbana” elas não foram suficientes para reduzir os contrastes entre ambos. Ao contrário, “o desenvolvimento leva à revitalização do ambiente natural, e não à ‘urbanização do campo’” (Veiga, 2002, p. 47).

Os processos sociais que favorecem a diversificação e a revitalização de recursos territoriais específicos podem contribuir para o reconhecimento dos múltiplos papéis da agricultura familiar. A partir deste ângulo, o rural ganha terreno, com a ideia de que o espaço territorial carrega vida e cultura, com potencial para se desenvolver (Marques, 2009).

Ainda tem o aspecto associado à questão da agroecologia e seus objetivos baseados no desenvolvimento rural, segundo Altieri (2002), seriam os seguintes: favorecer a segurança alimentar com valorização de produtos tradicionais e conservação de variedades cultivadas localmente; resgatar e revitalizar o conhecimento das tecnologias camponesas; promover o uso eficiente dos recursos locais; aumentar a diversidade vegetal e animal de modo a diminuir os riscos; reduzir o uso de insumos externos; e buscar novas relações de mercado e organização social.

O retorno a esses elementos citados e que, nas décadas anteriores, estavam inseridos no setor urbano, conforme Abramovay (2003), agora estão buscando tais origens, procurando voltar e dar sua contribuição profissional e experiência na busca de revitalização de formas comerciais que nada mais são que as existentes no início da colonização, valorizando os produtos locais, e buscando formas de conduzir os negócios adaptados aos novos tempos.

Além disso, Maluf (2003) destaca a importante contribuição no que se refere à manutenção do tecido social e cultural do espaço rural. Essa contribuição é decorrente do papel da agricultura na reprodução socioeconômica das famílias e na segurança alimentar, assim como a fatores ligados à identidade social e às formas de sociabilidade. Entre as funções da agricultura familiar, a promoção da segurança alimentar é vista como o principal, considerada um bem público, junto com a biodiversidade, a paisagem natural e herança cultural.

Desta forma, tem-se a possibilidade da integração entre produção e consumo, conforme Cruz & Schneider (2010), por meio de cadeias curtas, em que há a valorização local de produtos tradicionais, com características histórico-culturais e enraizadas socialmente, ressaltando valores, tais como: confiança, localidade e reconhecimento entre produtores e consumidores, favorecendo dinâmicas socioeconômicas positivas. Essa estratégia representa a possibilidade de desenvolvimento de algumas regiões, notadamente aquelas que têm procurado se inserir no mercado através da produção e comercialização de alimentos que foram colocados à margem de redes hegemônicas de comercialização. A inserção se dá através da valorização da produção em espaços que os diferenciam dos produtos produzidos de forma padronizada pelo sistema agroalimentar hegemônico, comercializados em mercados alternativos e institucionais.

Entretanto, quando se aborda os mercados de produção e comercialização da agricultura familiar, entende-se que a reprodução social das famílias está diretamente ligada a eles. Grosso modo, pode-se apontar para três dinâmicas de mercado bastante distintas. Segundo Plein (2012), a primeira (mercado tradicional) é a produção de *commodities*, como soja, milho, fumo, leite, suínos e aves, que são dominados pelas grandes agroindústrias e atravessadores. A segunda dinâmica (mercado alternativo ou inovador) se refere às iniciativas dos agricultores e a construção de sua autonomia contando com a participação de ONGs, como, por exemplo, na produção de orgânicos e a produção de produtos artesanais. A terceira dinâmica (mercado institucional) está relacionada às políticas públicas (de cunho não assistencialista) que pretendem fortalecer a agricultura familiar criando espaços específicos de comercialização de seus produtos (Wilkinson, 2006).

Neste sentido, ressalta-se o mercado institucional e a mudança de postura do próprio governo brasileiro, que opta por uma política pública de cunho estruturante no combate à pobreza, beneficiando agricultores familiares com a possibilidade de geração de renda e garantindo segurança alimentar para as entidades beneficiadas.

Ademais, com a promulgação de outra Lei em 2009 (Lei Federal nº 11.947/2009), que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da Educação Básica brasileira, tornou-se obrigatória a aquisição de no mínimo 30% do valor remetido do Governo Federal às Entidades Executoras do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE) para os produtos alimentícios de agricultores/as familiares. O Programa de Alimentação Escolar (PNAE) atende quarenta e sete milhões de alunos em todo o País. Os produtos são adquiridos pelo preço da tabela de compras do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), tendo como limite de até nove mil reais por agricultor/a familiar por ano. As compras são realizadas prioritariamente de cooperativas e associações de produtores rurais locais. (BRASIL, 2009).

As compras governamentais de produtos da agricultura familiar são realizadas via cooperativas e associações e apresentam inúmeras vantagens, tanto para o governo quanto para os/as agricultores/as, em que se destaca as seguintes: aquisição de produtos semindustrializados; facilidade da logística; os produtos adquiridos podem ser armazenados no depósito central ou distribuídos as unidades escolares

conforme padrões estabelecidos; facilidade no processo de chamada pública; facilidade em adequar os cardápios com a disponibilidade de produtos das cooperativas; diversidades dos produtos (IPEA, 2010).

Em relação ao mercado “inovador ou alternativo”, apresentada por Granovetter (1973), é baseado nas relações de laços, na importância das afinidades de interconhecimento, amizade, vizinhança podem ter no processo de acesso a novos mercados. Essas relações transmitem confiança e são significativas na forma como os agricultores conhecem as novas oportunidades de comercialização de produtos num nível micro, ou ainda, no acesso a um novo canal de comercialização no nível macro. O mercado não é algo abstrato, mas uma construção social concreta formada por um arranjo institucional que lhe dá estrutura e dinâmica. Conforme destacado por Huylenbroeck, Vuylsteke e Verbeke (2009), os mercados são uma construção social cujas operações, coordenadas por arranjos institucionais, criam condições para a ação dos sujeitos.

Os dois últimos tipos de mercados, o alternativo e o institucional, atuam no que se denomina de cadeias curtas que têm ampliado as possibilidades de inclusão social dos agricultores familiares, diversificado a produção e reduzido a dependência dos agricultores familiares das agroindústrias e do mercado tradicional, pois valorizam as características como a confiança, a qualidade, os hábitos alimentares e a cultura local, permitindo a inserção dos produtos da agricultura familiar em mercados diferenciados (Schröetter & Büntenbender, 2011).

Portanto, a organização dos agricultores familiares em cooperativas para atuarem em cadeias curtas favorece aos próprios cooperados, como parte da população, ao possibilitar o acesso a alimentos saudáveis e de qualidade, garantindo a segurança alimentar, por oportunizar a venda direta de alimentos nos município ou região, fortalecendo e movimentando a economia local. Embora os aspectos relacionados à revitalização e diversificação da agricultura familiar sejam controversos, para o presente artigo, a discussão é considerada suficiente, uma vez que o debate permite dar sustentação à pesquisa de campo. Um dos objetivos das cooperativas rurais descentralizadas (virtuais) sustenta-se no apoio à diversificação e revitalização das atividades nas propriedades rurais para viabilizá-las econômica e socialmente.

### **3 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

#### **3.1 Aspectos socioeconômicos e culturais da Região da AMREC**

As cooperativas pesquisadas estão localizadas em municípios da região Sul do Estado de Santa Catarina (SC), Brasil, mais precisamente na região da Associação dos Municípios da Região Carbonífera (AMREC), que é formada por 12 municípios: de Balneário Rincão, Cocal do Sul, Criciúma, Forquilha, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Orleans, Siderópolis, Treviso e Urussanga<sup>1</sup>. Nos municípios apresentados, observa-se forte influência das colonizações italiana e alemã, iniciadas na última metade do século XIX.

Os aspectos relacionados à diversificação da produção na região da Amrec tiveram início com a chegada dos primeiros imigrantes no final do século XIX. Desde o começo se produzia milho, feijão, mandioca, arroz, abóbora, batata-doce, cana-de-açúcar, trigo e os hortifrutigranjeiros. Na pecuária, destacavam-se as criações de gado, suínos, além de várias espécies de aves, tais como, galinhas, perus, patos e marrecos. Os animais forneciam carne, banha, ovos, leite e derivados. Os bois e os cavalos auxiliavam no cultivo da terra, servindo ainda como meio de transporte da produção e como força motriz em engenhos de cana-de-açúcar, nos quais eram produzidos açúcar, melado, rapadura e aguardente e nos engenhos de mandioca onde se produzia a farinha e o polvilho, utilizados na produção de roscas, cuscuz, bijus entre outros. Além disso, os dejetos de animais serviam para recuperar a fertilidade do solo. Ou seja, os primeiros imigrantes já tinham uma produção bem diversificada, com a

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.amrec.com.br/municipios/index.php>. Acesso em: 09 jul.2013.

finalidade de garantir a subsistência da família e o que excedia era comercializado no mercado local (Minatto & Correa, 2003).

Este processo de produção artesanal, ainda que, tenha desempenhado papel de extrema importância na sobrevivência das famílias e para a economia local, passou por intensas mudanças a partir da década de 1960. Este modelo de produção entrou em decadência e os engenhos praticamente desapareceram da paisagem rural da região. Estas transformações, como salientado no item anterior, foi resultado da modernização agrícola, em que prevaleceu a monocultura (na região) do arroz e do fumo e na integração de agricultores nas agroindústrias aves e suínos.

No entanto, ressalta-se que embora o mercado seja uma referência para apontar quais produtos a serem cultivados, isso não evitou que os/as agricultores mantivessem certos hábitos herdados das gerações anteriores. Como, por exemplo, o de diversificar a produção visando garantir a sobrevivência da família, desse modo, muitos produtos continuaram sendo produzidos, nas propriedades que ainda é comum na região a combinação de atividades de subsistência com a produção para o mercado (Minatto & Correa, 2003).

Desta forma, pode-se afirmar que a lógica de reprodução dos/as agricultores/as familiares é heterogênea e dinâmica. Os/as mesmos/as são capazes de elaborar estratégias que mais se adequem às exigências de mercado, ainda que este imponha condições adversas à sua situação. Ao abordar sobre o tema, Wanderley (1995) ressalta que a diversificação das atividades rurais é uma forma adotada pelos/as agricultores/as brasileiros/as, que constitui uma de suas principais características. Neste sentido o esforço de diversificação se destina, não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas ao mesmo tempo garantir o autoconsumo.

É a partir dessas características que agricultores/as familiares da região da Amrec estão revitalizando e diversificando a produção e comercialização de seus produtos. No próximo item se apresenta informações sobre a coleta de dados baseados nos questionários.

### **3.2 Trajetórias das cooperativas estudadas: revitalização e diversificação no campo**

A primeira cooperativa descentralizada ou virtual organizada na região “foi fundada no dia 19 de julho de 2004 e denominada de Cooperativa de Produção Agroindustrial Familiar de Nova Veneza (COOFANOVE).” (Estevam et al., 2012, p.13). Entre as razões que propiciaram sua criação, destaca-se a demanda a partir de uma feira de agricultores/as familiares, que ocorria semanalmente no município de Nova Veneza/SC e, segundo Estevam et al. (2012, p.13), “teve curta duração, apenas dois anos, depois encerrou suas atividades por diversos motivos, entre eles a falta de legalidade dos/as feirantes para comercializar os seus produtos.” Na ocasião, a iniciativa e criação foram apoiadas pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), Prefeitura do município de Nova Veneza, Sindicato de Trabalhadores Rurais e agricultores/as (Estevam et al., 2011).

Além da Coofanove, mais quatro cooperativas fazem parte desta pesquisa: a Cooperativa Nosso Fruto de Criciúma - SC, a COOPAFI de Içara – SC, a COONAFOR de Forquilha - SC e a COAFF de Morro da Fumaça - SC.

Nas entrevistas buscou-se saber se as atividades atuais eram as mesmas de décadas passadas. Para isso foram pesquisados trinta cooperados/as das cinco cooperativas mencionadas. A seleção da amostra foi aleatória e por acessibilidade. Em relação ao sexo dos/as pesquisados/as, a maioria é composta pelo sexo masculino. Ou seja, dos/as 30 cooperados/as, 67% eram homens e 33% mulheres. Com referência a produção se verificou uma divisão de trabalho, entre os homens e mulheres. As mulheres atuam geralmente em atividades como o manuseio de alimentos, preparação de pratos, massas, conservas, doces, hortigranjeiros, pães, bolos, roscas e fabricação de queijos, entre outros produtos. Enquanto que os homens trabalham em atividades, tais como: avicultura, suinocultura,

madeira, engenho de cana e açúcar mascavo, hortifrutigranjeiros, fumicultura, arroz irrigado, milho, feijão e gado de leite.

Em relação a um dos temas centrais deste artigo que é a revitalização de atividades abandonadas nas últimas décadas, buscou-se saber se houve resgate. De maneira geral não foram constatadas grandes mudanças nas atividades. Entretanto, verificou-se que a característica dos/as associados/as é a diversificação, que inclui os seguintes produtos: o cultivo de grãos, hortaliças, legumes e frutas; derivados do leite, queijos, ricotas e iogurtes; panificação, pães, bolos, roscas, cucas e biscoitos; carnes, ovos, embutidos, torresmos, melado, açúcar mascavo e geléias; aos produtos artesanais, como tapetes, bordados, entre outros. Contudo, cabe ressaltar que muitas destas atividades foram mantidas ao longo do tempo, mas para o autoconsumo da famílias, como estratégias de sobrevivência, agora foram transformadas em atividades comerciais, por meio das cooperativas.

De modo geral, constatou-se que as culturas que foram sendo abandonadas com o passar do tempo, foram aquelas que não são mais apropriadas para o perfil da pequena propriedade, por envolverem altos custos de produção, demandam alta tecnologia e mecanização, utilização intensiva de agrotóxicos, fertilizantes químicos, fretes para escoar produção e o fato de serem anuais. Tais culturas – como fumo, arroz irrigado, feijão e milho em larga escala – não condizem mais com as condições atuais de uma agricultura familiar na região. Estes produtores rurais estão abandonando estas atividades e aderindo cada vez mais às de menor custo, menor risco, menor ciclo de produção, melhor manejo e maior facilidade de comercialização, como são os casos das citadas anteriormente. Essa troca foi bem significativa nas últimas duas décadas, conforme os/as pesquisados/as, se anteriormente 42,9% trabalhavam com fumo, 53,4% com arroz irrigado e 61,9% com feijão, na atualidade, estes números mudaram para 38,1% que continuam com o arroz irrigado, 19% feijão, e 4,8%, produz fumo.

Entretanto, ressalta-se que o arroz irrigado tem a sua peculiaridade em relação às demais – o fato de o solo em que se cultiva o arroz dificilmente pode servir para outra cultura –, por isso, a queda não foi tão acentuada como as demais. Referente às mudanças (revitalização e diversificação) as mesmas são palpáveis. Como exemplo cita-se os casos do cultivo de hortaliças e da panificação. O número de produtores/as de hortaliças, que era de 14,3% passou para 43%. A panificação era outra atividade inexistente comercialmente, atualmente ocupa 19% dos/as associados/as entrevistados/as

Cabe destacar que com a criação das cooperativas houve a possibilidade de revitalizar inúmeras atividades, como a produção de pães, cucas, bolachas e biscoitos caseiros, doces em pasta, conservas de frutas, produtos de origem animal: derivados de leite (queijo, ricota, manteiga, bebida Láctea), derivados de carnes suína (salame, linguiça, carnes defumadas, copa, torresmo, costelinha defumada) e artesanatos. Estes produtos são comercializados junto aos programas institucionais do Governo Federal (PNAE e o PAA), nas feiras municipais e regionais, no mercado em geral. Ao todo, são produzidos e comercializados mais de cento e vinte produtos diferenciados.

Deste modo, o acesso a mercados diferenciados de comercialização dos produtos da agricultura familiar estão sendo potencializados, na medida em que os/as cooperados/as se legalizam através das cooperativas virtuais, alcançando os objetivos que individualmente não conseguiriam. Para Schrötter e Büttenbender (2011), é através da cooperação que os agricultores se fortalecem e conseqüentemente fortalecem suas comunidades de forma solidária, com inclusão social e desenvolvimento local.

A formação dessas cooperativas pode ser considerada uma construção social extremamente positiva, por proporcionar acesso aos mercados de seus produtos, presentes em duas das três dinâmicas de mercados analisadas. Os mercados acessados pelos/as cooperados/as da Região da Amrec, com maior proporção é o “inovador”, por ofertar produtos diferenciados, contando com a força de organização dos/as agricultores/as (cooperativas virtuais), apoio da EPAGRI, prefeituras e UNESCO. O outro mercado acessado é o “institucional”, com a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros, de origem animal e panificação, esse mercado é organizado a partir de políticas públicas voltadas para os



agricultores familiares. Em relação ao mercado “tradicional”, pelo menos para os/as cooperados/as destas cooperativas, se constatou pouca presença destes nesse mercado.

Enfim, a pesquisa evidencia que as cooperativas possibilitaram formas alternativas de produção e comercialização para os/as cooperados/as e, para as escolas dos municípios e consumidores em geral, acesso a produtos mais saudáveis, ou seja, novas fontes alternativas de produtos com melhor qualidade. Estas cooperativas, além da produção de alimentos saudáveis, estão revitalizando formas alternativas de produção e comercialização.

### **Considerações finais**

A criação dessas cooperativas possibilitou a revitalização de inúmeras atividades de produção artesanal e culturais abandonadas devido aos altos custos de produção. As cooperativas têm possibilitado a redução de custos e conseguido de certa maneira resolver o problema da legalização da produção e da comercialização.

Com esse estudo, pôde-se verificar que a revitalização e a diversificação do campo, por meio das cooperativas rurais descentralizadas, vêm despontando no âmbito da agricultura familiar na Região da AMREC como uma alternativa para a agricultura familiar. Elas possibilitam melhoria na renda dos/as produtores/as, além de possibilitarem a legalização de uma gama variada de produtos para o mercado consumidor local.

Com base na pesquisa realizada, constata-se a importância de estratégias de mercados conjuntas e tripartites, envolvendo produtores, consumidores e o Estado. Desta maneira, as mudanças em termos de qualidade e modelos de produção de alimentos estão atreladas a estratégias de desenvolvimento local, levando em consideração a diversidade e as características da região.

Desta forma, conclui-se que pelo menos para as cooperativas estudadas da região, a revitalização da produção de alimentos, associada à cooperação entre os/as agricultores/as familiares (através das cooperativas) tem sido uma maneira viável de legalização da produção e acesso a mercados (inovador – feiras e mercados institucionais – programas governamentais), proporcionando aos/as cooperados/as melhoria em sua renda. E, para os consumidores, no caso das escolas municipais e os consumidores participantes das feiras, a oportunidade de adquirir produtos mais saudáveis e com melhor qualidade.

### **BIBLIOGRAFIA**

- Altieri, M. (2002). *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. Guaíba: Agropecuária.
- Abramovay, R. (2003). *O futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: UFRGS.
- Cazella, A.A. (2000). *Revitalização das zonas rurais marginalizadas: a construção social da multifuncionalidade agrícola na França*. Florianópolis, UFSC: Disponível em: <<http://lemate.paginas.ufsc.br/files/2011/12/Cazella.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- BRASIL (2009). *Lei nº 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm)>. Acesso em: 14 nov. 2012.
- Cruz, F. & Schneider, S. (2010). *Qualidade dos alimentos, escalas de produção e valorização de produtos tradicionais*. Rev. Bras. de Agroecologia. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/778.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

- Estevam, D.O. et al. (2011). *Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), em Santa Catarina*. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v.28, n.2, p.485- 507, maio/ago.
- Estevam, D.O. et al. (2012). *Cooperativas rurais não-patrimoniais (ou virtuais) e o difícil caminho da formalidade: o caso dos agricultores familiares da região do sul do Estado de Santa Catarina*. REDD – Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 5, n. 2, jul/dez.
- Gil, A.C. (1991). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas.
- Gontijo, J. (2005). *Cooperativismo: um caminho mais seguro para os produtores de leite*. Revista informe agropecuário Itambé, Itambé. Disponível em: <<http://www.itambe.com/Cmi/Pagina.aspx?643>>. Acesso em: 13 jun. 2013.
- Granovetter, M. (1973). *The strength of weak ties*. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, May. 1973.
- Graziano Silva, J. (2002). *Velhos e novos mitos do rural brasileiro: implicações para as políticas públicas*. In: ARBIX, G. et al. *Brasil, México, África do Sul, Índia e China: diálogo entre os que chegaram depois*. São Paulo: Editora da Unesp.
- Hervieu, B. & Viard, J. (1996). *Au bonheur des campagnes (et des provinces)*. Paris, l’Aube.
- Huylenbroeck, G.V.; Vuylsteke, A. & Verbeke, W. (2009). *Public good markets: the possible role of hybrid governance structures in institutions for sustainability*. In: Beckmann, V. & Padmanabhan, M. (Ed.). *Institutions and sustainability: political economy of agriculture and the environment*. Springer: New York.
- IPEA. (2010). *Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro\\_BD\\_vol2.pdf](http://www.ipea.gov.br/bd/pdf/Livro_BD_vol2.pdf)>. Acesso: em 7 out. 2012.
- Kalinowski, M. (2009). *Campo Mourão, Roncador: cooperativa virtual é a proposta da Emater. Instruções do Campo Roncador - Instituto Emater*. Campo Mourão/PR. Disponível em: <<http://www.emater.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=1613>>. Acesso em: 12 jun. 2013.
- Kayser, B. (1993). *Naissance de nouvelles campagnes*. Paris, DATAR/L’Aube.
- Maluf, R.S. (2003). *A multifuncionalidade da agricultura na realidade brasileira*. In: Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Maluf, R.S. (Org). Rio de Janeiro, Ed. Mauad.
- Marques, M.I.M. (2002). *O conceito de espaço rural em questão*. Terra Livre. São Paulo: AGB.
- Minatto, J.M. & Correa, W.K. (2003). *As estratégias de reprodução na agricultura familiar em Turvo (SC)*. Revista Geosul, Florianópolis, v. 18, n. 36, p 77-98, Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13582/12455>>. Acesso 18 jul. 2013.
- Perondi, A.P. & Schneider, S. (2011). *Diversificação agrícola e não agrícola da agricultura familiar*. Porto Alegre: Os atores do DR-05, 2011. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/818.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- Plein, C. (2012). *Os mercados da pobreza ou a pobreza dos mercados: as instituições no processo de mercantilização da agricultura familiar na Microrregião de Pitanga, Paraná*. Tese de Doutorado UFGRS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/72254>> Acesso em 17 jul. 2013.
- Ploeg, J.D.V.D (2006). *O modo de produção camponês revisitado*. In: Schneider, S. *A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFGRS.
- Ploeg, J.D.V.D. (2008). *Camponeses e Impérios Alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na Era da Globalização*. Porto Alegre: UFRGS2008.
- Rodrigues, S.L. & Lindner, M. (2010). *A práxis da economia solidária no contexto do desenvolvimento territorial sustentável: o caso do Projeto Esperança Coesperança*. In: XVI Encontro Nacional de

Geografia. Porto Alegre,. Disponível em

<[www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2619](http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2619)>. Acesso em: 11 jul. 2013.

Schröetter, M.R. & Büttenbender, P.L. (2011). *A agricultura familiar e o consumo de alimentos na merenda escolar - o caso da região fronteira noroeste*. Santa Rosa – RS: UNIJUI, 2011.

Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/555/Magnus%20Rodrigo%20Schr%C3%B6etter.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 jul. 2013.

Veiga, J.E. (2002). *Cidades imaginárias. O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: Editora Autores Associados.

Wanderley, M.N.B. (1995). *Agricultura familiar no Brasil: um espaço em construção*. In: Revista da associação brasileira de reforma agrária. Ed. Páginas e Letras. N. 2 e 3. v. 25, Maio-dez/1995. Rio Claro/SP. p. 37-57.

Wilkinson, J. (2008). *Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.